

Simonsen descarta negociação dos juros



O ex-ministro da Fazenda acha melhor renegociar o "spread"

A tese do refinanciamento de uma parcela dos juros da dívida externa brasileira foi descartada ontem pelo ex-ministro da Fazenda do governo Geisel e atual Conselheiro da Holding do Citibank, maior credor brasileiro, Mário Henrique Simonsen. O refinanciamento, que significa agregar parte dos juros ao principal, foi defendido terça-feira pelo economista da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Jr., colega de Simonsen na mesma escola.

Depois de participar de um debate acadêmico sobre economia brasileira, ontem, no 14º encontro nacional de economia, que se realiza em Brasília, Simonsen declarou que é contraproducente ficar discutindo antecipadamente o tipo de renegociação da dívida externa que o governo pretende levar aos banqueiros, pois "negociar é como jogar xadrez". Quanto ao Plano Cruzado II, o ex-ministro considerou as medidas acertadas e capazes de aliviar o déficit público, mas defendeu uma elevação de preços defasados e em particular dos aço planos, para salvar as finanças da Siderbrás.

Renegociação

A respeito da negociação da dívida externa, que o ministro da Fazenda, Dilton Funaro, pretende iniciar em breve, Simonsen deu a seguinte receita: "Em primeiro lugar, antes de refinar as taxas de juros, é melhor reduzir os spreads, porque refinar os juros significa que vamos ter que pagá-los no futuro. Segundo, arranjar dinheiro novo dos fundos oficiais de créditos, que são mais baratos. Terceiro, conseguir investimentos diretos, que estão negativos. Se você conseguir essas três coisas já alivia muito a transferência de recursos para o exterior".

Reserva de mercado

Simonsen considera que, para atrair mais investimentos diretos de empresas estrangeiras no país, basta que o ambiente interno seja favorável, entendendo que a expectativa que a redação de uma nova constituição está provocando recuos nos empresários do exterior. Considera, também, que a Lei de Reserva de mercado para a informática em si não é um obstáculo, mas

opino que a atuação da SEI (Secretaria Especial de Informática) é que atrapalha.

A lei de informática, e, sobretudo, a ação da Secretaria Especial de Informática (SEI), foram consideradas "positivamente prejudiciais a entrada de capitais externos no país" pelo ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, que participou ontem do XIV Encontro Nacional de Economia.

"Não é tanto a lei em si mesma que prejudica, mas ela sinaliza com a possibilidade de outras leis na mesma direção" — acrescentou.

Simonsen previu uma rápida recuperação da área externa da economia brasileira, lembrando que as exportações já estão voltando aos níveis anteriores a outubro e já existe uma recuperação das reservas de divisas do país.

A lei de capital estrangeiro não precisa de qualquer modificação, pois com essa mesma legislação vamos receber investimentos de US\$ 2 bilhões (Cz\$ 28 bilhões) por ano — argumentou Simonsen.

Realinhamento

Considerou que as maiores dificuldades terão de ser enfrentadas na área interna. Embora acreditando que as medidas recentemente adotadas na área fiscal já sejam suficientes para reequilibrar o déficit do governo.

Os pontos mais difíceis a serem enfrentados, segundo o ex-ministro, serão o realinhamento de preços como o do aço e da carne, e o aumento da poupança.

Com tarifas públicas realistas, o governo sempre foi o grande poupador. Hoje, o governo "despoupa" afirmou.

Simonsen evitou entrar em detalhes quanto a proposta de um Pacto Social apresentada pelo governo, afirmando apenas que considera esse entendimento possível e necessário, principalmente para organizar os agentes econômicos no momento de se iniciar o descongelamento dos preços.

Se o congelamento for mantido eternamente, ele acaba, porque os agentes econômicos passam a não dar mais bola para ele. Quando a demanda começa a arrefecer, o governo terá de partir para o descongelamento — concluiu.